
Diagnóstico da Governança da Justiça Federal
- iGovJF 2016/2017

Conselho da Justiça Federal



Sumário

Ficha Técnica	3
Apresentação	4
1 Síntese dos Resultados Quantitativos do Diagnóstico	5
2 Recomendações de Governança	6
2.1 <i>Estrutura e Funcionamento da Rede de Governança</i>	6
2.2 <i>Gestão de Pessoas e da Informação</i>	8
2.3 <i>Execução da Estratégia - Melhoria, Inovação e Controle</i>	12
2.4 <i>Monitoramento e Avaliação da Estratégia</i>	16
2.5 <i>Comunicação, Relacionamento Institucional e Transparência</i> . . .	18

Ficha Técnica

Secretaria de Estratégia e Governança - SEG

Ivan Gomes Bonifácio

Subsecretaria de Gestão Estratégica - SUEST

Silvana Conceição Dias Soares

Assessoria Especial de Inovação e Gestão da Informação - ASESP-IGI

Leonardo Ferreira de Oliveira

Estatístico responsável:

Alex Pena Tosta da Silva

Apresentação

Este relatório apresenta a avaliação qualitativa e quantitativa do nível de maturidade em governança alcançada pelo Conselho e lista recomendações para a melhoria do desempenho.

As informações constantes deste documento foram extraídas da análise dos dados coletados por meio de questionário eletrônico, respondido pelo titular dessa unidade (presidência ou diretoria do foro) no período de 28 de novembro a 14 de dezembro de 2016.

Na primeira parte (síntese), é apresentado o Grau de Maturidade em Governança alcançado, a média da região e a posição dessa unidade no ranking nacional em relação às 5 dimensões pesquisadas:

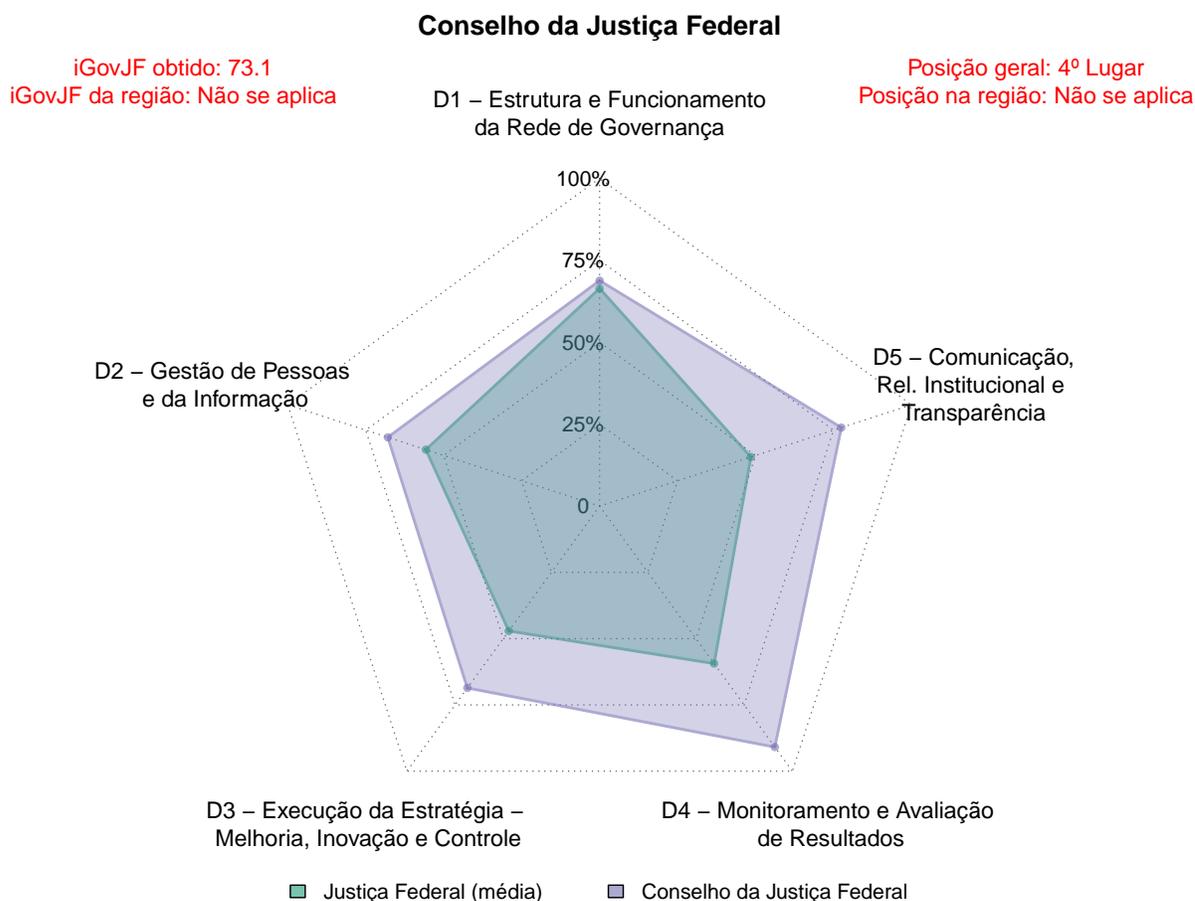
- Dimensão 1: Estrutura e Funcionamento da Rede de Governança;
- Dimensão 2: Gestão de Pessoas e da Informação;
- Dimensão 3: Execução da Estratégia – Melhoria, Inovação e Controle;
- Dimensão 4: Monitoramento e Avaliação de Resultados; e
- Dimensão 5: Comunicação, Relacionamento Institucional e Transparência.

Na segunda parte, apresenta-se o resultado detalhado de cada uma das dimensões e as recomendações para aquelas práticas que precisam ser incrementadas.

A observância às recomendações deve fazer consolidar a estrutura de governança do órgão, aumentar as competências de servidores e magistrados, tornar mais efetiva a utilização de tecnologias da informação, permitir maior transparência e cooperação entre as partes envolvidas, tudo isso a favorecer a consecução de uma prestação de serviço mais transparente, econômica e efetiva.

SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA

1 Síntese dos Resultados Quantitativos do Diagnóstico



Grau de Maturidade: Aprimorado

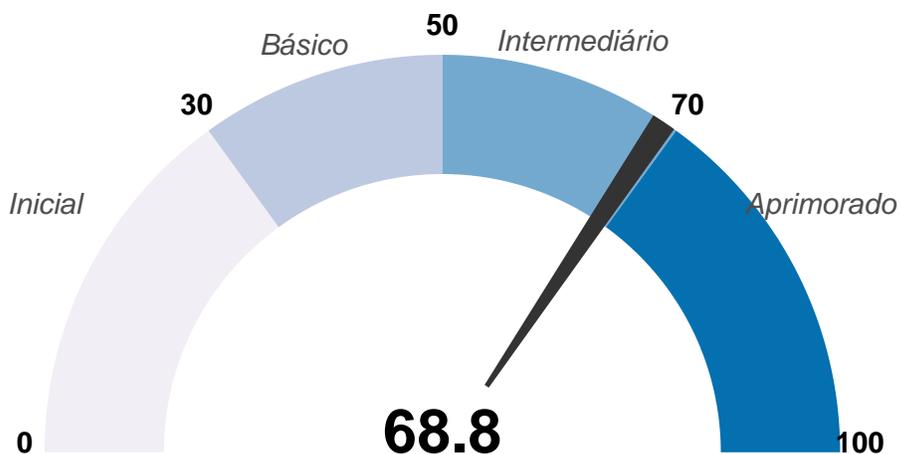
	D1	D2	D3	D4	D5
Justiça Federal (média)	66.4	55.7	47.1	59.4	48.5
CJF	68.8	67.9	68.6	90.9	77.5

Para consultar o resultado consolidado de toda a Justiça Federal, acesse o relatório final disponível no Observatório da Estratégia da JF, ou clique [aqui](#).

2 Recomendações de Governança

2.1 *Estrutura e Funcionamento da Rede de Governança*

Nível de Maturidade – Dimensão 1



Recomendações sobre práticas não adotadas

- A formulação da estratégia ainda não é realizada com a participação de atores externos ao Poder Judiciário. Logo, recomenda-se que o órgão avalie a conveniência e oportunidade de envolver parceiros externos (MP, OAB, Associação de Classe, Defensoria, cidadão etc.) que tenham interesse em contribuir efetivamente para a melhoria do funcionamento do sistema de justiça, criando-se um canal de participação que permita a coleta de sugestões sobre como aprimorar a prestação dos serviços da Justiça Federal. A adoção dessa prática deve tornar o desenho da estratégia mais aderente às necessidades dos operadores do sistema de justiça e usuários dos serviços, o que qualificará as políticas judiciárias definidas.

Recomendações sobre práticas adotadas parcialmente

- Parte dos objetivos, metas e/ou iniciativas definidas na estratégia estão contempladas no plano orçamentário do órgão. Logo, recomenda-se que ao elaborar o plano orçamentário, o órgão solicite aos responsáveis pela execução da estratégia um plano de custos

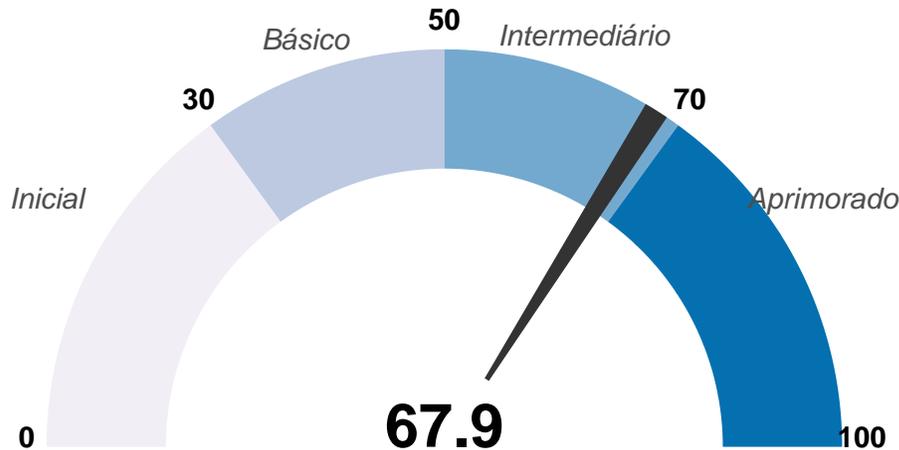
(aquisições e contratações) detalhado para a consecução das iniciativas estratégicas, de modo a incluir todas essas despesas no plano orçamentário do órgão. A adoção dessa prática deve favorecer a não ocorrência de interrupções na implantação da estratégia por restrições financeiras e que não haja pulverização de recursos orçamentários em iniciativas de pouco impacto.

Práticas adotadas integralmente

- Os servidores vinculados ao órgão participam ativamente da formulação da estratégia. Essa iniciativa deve tornar o desenho da estratégia mais consistente com a realidade de trabalho e sua execução mais factível, a partir do maior engajamento dos funcionários com os desafios traçados (objetivos, metas e iniciativas).
- Há participação efetiva de magistrados do primeiro e do segundo graus na formulação da estratégia do órgão. Essa iniciativa deve tornar o desenho da estratégia mais consistente com a realidade de trabalho e sua execução mais factível, a partir do maior engajamento dos juízes com os desafios traçados (objetivos, metas e iniciativas).
- O representante máximo da administração participa efetivamente da formulação da estratégia. Essa iniciativa deve permitir o delineamento de estratégias que contemplem as preocupações essenciais da cúpula organizacional, com vistas a se estabelecer um sistema de justiça acessível, rápido, efetivo e realizado a um custo adequado.
- Ao formular a estratégia regional/local, o órgão realiza análise de cenário considerando a estratégia nacional. A adoção dessa prática deve favorecer o alinhamento da estratégia local à estratégia nacional, reduzindo a possibilidade de que as ações realizadas por essa unidade estejam em desalinho com as políticas judiciais definidas para a Justiça Federal.
- O órgão define formalmente sua rede de governança colaborativa. Essa iniciativa deve favorecer o alinhamento estratégico e permitir que os propósitos da alta administração sejam adequadamente planejados, executados e avaliados.

2.2 *Gestão de Pessoas e da Informação*

Nível de Maturidade – Dimensão 2



Recomendações sobre práticas com intenção de adoção

- O órgão planeja formalizar critérios objetivos para o estabelecimento do quantitativo adequado da força de trabalho. Logo, recomenda-se medidas para adequar o quantitativo de pessoal à demanda (por exemplo, por meio da técnica do Quadro de Distribuição de Trabalho - QDT), com a identificação da situação de disponibilidade dos sistemas informatizados, das não conformidades existentes nos processos de trabalho, dos *gaps* de capacitação. Tudo isso com vistas à elaboração do Quadro de Lotação de Pessoal - QLP das unidades, que permita servir de referencial à distribuição da força de trabalho, a partir dos recursos humanos disponíveis. Recomenda-se, ainda, comunicar a situação (excesso ou carência em relação ao QLP) da unidade à administração superior, para eventual movimentação/realocação de pessoal. A adoção dessa prática deve propiciar a identificação de necessidades de treinamento, de melhoria dos processos (eliminação ou ajustes nas atividades), de automação de tarefas e de eventuais ociosidades ou sobrecarga, a fim de permitir que a administração do Órgão adote critérios uniformes na Região para distribuição da força de trabalho.
- O órgão manifestou interesse em realizar Pesquisa de Clima Organizacional, com vistas à melhoria das condições laborais. Logo, recomenda-se a aplicação periódica de pesquisas

de Clima Organizacional, que envolvam parte significativa do quadro de servidores e magistrados, com a definição de medidas de melhoria. A adoção dessa prática deve permitir o planejamento e a realização de ações para melhoria do desempenho institucional, a partir da identificação de fatores organizacionais referentes às relações interpessoais e de equipes, às condições físicas e tecnológicas do ambiente de trabalho, aos estilos de liderança, à organização das tarefas, à qualidade da comunicação, entre outros.

- O órgão tem a intenção de realizar ações de treinamento regular em gerenciamento de processos de trabalho que inclua gestão de riscos. Logo, recomenda-se que até o fim da atual gestão, sejam planejadas/executadas ações educacionais, visando capacitar magistrados e servidores em gestão de riscos de processos de trabalho. A adoção dessa prática deve habilitar gestores a implementar ações que visem evitar ou mitigar consequências indesejadas ou potencializar as oportunidades relacionadas aos processos de trabalho, garantindo maior eficiência (uso adequado de recursos); eficácia (realização da tarefa no tempo e com a qualidade desejada) e efetividade (atendimento às necessidades dos clientes).
- O órgão planeja realizar treinamento regular em gerenciamento de projetos que inclua gestão de riscos. Logo, recomenda-se desenvolver ação permanente de capacitação dirigida a magistrados e servidores, com foco na gestão de riscos de projetos. A adoção dessa prática deve habilitar gestores a implementar ações que visem evitar ou mitigar consequências indesejadas ou potencializar as oportunidades relacionadas aos projetos, garantindo que um maior número de iniciativas sejam concluídas com êxito (prazo, custo e qualidade esperados).
- O órgão tem intenção de gerenciar a informação (classificação e recuperação) judicial referente aos grandes demandantes e às demandas repetitivas. Logo, recomenda-se incrementar os processos de trabalho e os sistemas eletrônicos para permitir a classificação e a recuperação da informação judicial relativa aos grandes demandantes e às demandas repetitivas, de modo a garantir a prontidão (disponibilidade *on line*) de informações confiáveis relativas à demanda seriada e aos litigantes mais recorrentes. A adoção dessa prática deve favorecer à produtividade e à celeridade no julgamento das

lides e à uniformização da jurisprudência, inclusive com aumento da segurança jurídica e da qualidade na prestação jurisdicional.

Práticas adotadas integralmente

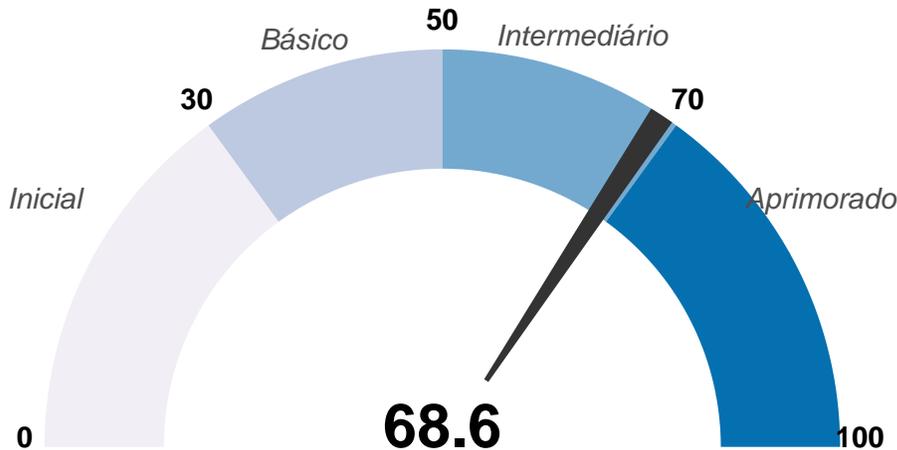
- Há um Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI que prioriza atendimento às iniciativas estratégicas. Essa iniciativa deve garantir que os gastos com tecnologia sejam realizados com maior eficiência e efetividade, favorecendo a execução da estratégia em vigor.
- O órgão alinha as ações de tecnologia da informação ao Planejamento Estratégico. Essa iniciativa deve aprimorar a governança da tecnologia da informação, favorecendo que os investimentos financeiros e os esforços humanos realizados para incrementar o uso das tecnologias da informação estejam em harmonia com as prioridades da Justiça Federal, resultando em uma melhor prestação jurisdicional.
- O órgão dispõe de servidores competentes para gerir a estratégia. Essa iniciativa deve favorecer a governança da Justiça Federal, a partir de um melhor desempenho das equipes que deverão ter competência para avaliação de cenários; elaboração e gestão de projetos ou iniciativas de melhoria; definição de métricas para o monitoramento do desempenho institucional; divulgação dos resultados, permitindo, dessa forma, a tomada de decisões da alta administração, mais alinhadas às prioridades sistêmicas.
- O órgão realiza as ações para o desenvolvimento dos gestores, com adoção de iniciativas voltadas à formação de líderes. Essa iniciativa deve favorecer o alcance dos resultados planejados, com maior sinergia entre pessoas e equipes, com a organização racional do trabalho, presentes os princípios da economicidade, legalidade, impessoalidade, produtividade, eficiência e ética profissional.
- A organização designa formalmente responsáveis da área de negócio para a gestão dos respectivos sistemas informatizados. Essa iniciativa deve permitir a melhoria da governança de Tecnologia da Informação e da Comunicação - TIC, favorecendo o aprimoramento contínuo dos sistemas informatizados e a melhoria da qualidade das informações produzidas ou custodiadas pelo órgão.
- O órgão tramita os processos judiciais em formato digital. Essa iniciativa deve garantir

ganhos de produtividade, transparência dos atos processuais, acessibilidade da informação e redução nos custos operacionais do sistema de justiça, inclusive para o cidadão contribuinte.

- A área responsável pela gestão estratégica utiliza algum *software* para monitorar ou apoiar a estratégia. Essa iniciativa deve aprimorar a gestão da estratégia, contribuindo para o aumento da efetividade das decisões tomadas pelos órgãos de cúpula, por meio da melhoria no acompanhamento e avaliação do grau de concretização das diretrizes institucionais e na comunicação das ações planejadas.
- O órgão utiliza *software* para gerenciamento de projetos. Essa iniciativa deve aprimorar a gestão da estratégia e das iniciativas de alto impacto financeiro, por meio da melhoria do planejamento das ações e dos gastos a elas relacionados, contribuindo para o efetivo monitoramento e a adequada comunicação das medidas realizadas e resultados alcançados, o que deve aumentar o índice de sucesso das ações planejadas.
- O Plano de Capacitação do órgão prioriza o desenvolvimento de competências relacionadas à estratégia. Essa iniciativa deve permitir que servidores desenvolvam conhecimentos, habilidades e atitudes, sustentáculos à adequada consecução da estratégia.

2.3 Execução da Estratégia - Melhoria, Inovação e Controle

Nível de Maturidade – Dimensão 3



Recomendações sobre práticas não adotadas

- Os gerentes de projetos não possuem remuneração específica ou adicional pelas atribuições designadas. Logo, recomenda-se verificar a conveniência e a oportunidade de destinar função comissionada ou cargo em comissão a serem ocupadas por servidores que atuem como gerentes de projetos nacionais ou regionais. A adoção dessa prática deve atrair servidores com competência e perfil para a função de gestor, por meio da compatibilização entre a remuneração e o nível de responsabilidade atribuído aos gerentes de projetos.

Recomendações sobre práticas com intenção de adoção

- Na execução orçamentária e financeira, o órgão tem a intenção de definir critérios para aprimorar a qualidade do gasto. Logo, recomenda-se adotar medidas administrativas tais como: avaliação dos contratos de terceirizados, identificando eventual possibilidade de redução de postos de trabalho; avaliação dos itens de almoxarifado, com vistas a eliminar ou reduzir aquisições desnecessárias; padronização nas aquisições de móveis e materiais permanentes; avaliação da frota de veículos, verificando a possibilidade de redução, desfazendo-se daqueles de manutenção elevada, buscando o uso compartilhado,

sempre que possível; capacitação da equipe de compras em pesquisa de preços; definição de critérios e priorização para novas obras e reformas; definição de critérios para lotação de pessoal, com identificação de prioridades; medidas para economia de água, luz e telefone, entre outras julgadas pertinentes. A adoção dessas práticas devem promover eficiência e economicidade na administração.

Recomendações sobre práticas adotadas parcialmente

- O órgão realizou algumas ações para a elaboração do plano de riscos e implementação de ações de controles internos para mitigar riscos relacionados à execução dos processos de trabalho críticos. (por exemplo, aqueles relacionados: à execução da função judicante; ao planejamento, execução e monitoramento da estratégia; ao planejamento e à execução orçamentário; à aquisição de serviços e produtos de TI e de serviços e materiais de engenharia; à gestão da folha de pagamento, etc.). Logo, recomenda-se a imediata implementação do gerenciamento de riscos em relação aos processos críticos de trabalho. A adoção dessa prática deve favorecer o aumento da satisfação dos usuários dos serviços e o atingimento dos objetivos e metas institucionais, evitando-se desperdício de recursos, a ocorrência de não conformidades (erros, omissões, ilegalidades e descumprimento de prazos) e de retrabalho.
- Há algumas ações no sentido de mapear e publicar os macroprocessos de trabalho. Logo, recomenda-se a identificação e a publicação da cadeia de valor da organização, com a explicitação da sequência lógica em que os macroprocessos de trabalho que delineiam e definem a razão de ser do órgão ocorrem. A adoção dessa prática deve permitir maior clareza da função essencial do órgão, a partir da demonstração dos inter-relacionamentos dos processos vitais da organização, além de se constituir em poderoso instrumento de comunicação organizacional, que possibilita aos colaboradores perceberem sua contribuição para a missão institucional.
- Na execução do Plano de Obras (reforma e novas construções), o órgão estabelece alguma prioridade em relação àquelas de maior impacto na estratégia. Logo, recomenda-se a definição de critérios para execução de obras, de modo a garantir que aquelas de maior impacto sob o alcance de objetivos, metas e iniciativas estratégicas tenham precedência

em relação às demais. A adoção dessa prática deve favorecer a execução das tarefas relacionadas à estratégia organizacional e à melhoria da qualidade do atendimento aos usuários dos serviços judiciais, com a eliminação ou mitigação de fatores restritivos ao desempenho laboral no ambiente físico de trabalho.

- Algumas ações foram realizadas com vistas a priorizar a alocação de recursos humanos para execução das iniciativas estratégicas. Logo, recomenda-se a observância ao inciso V do artigo 6º da Resolução CJF n. 313 de 22 de outubro de 2014, com vistas a garantir o pessoal necessário para o desenvolvimento, implantação e manutenção das iniciativas estratégicas e alcance de metas. A adoção dessa prática deve promover maior eficácia na execução da estratégia, evitando descontinuidade das iniciativas planejadas e desperdícios decorrentes da falta de pessoal.
- Algumas ações foram realizadas para garantir a disponibilidade de recursos orçamentários para todas as iniciativas estratégicas. Logo, recomenda-se a observância ao inciso V do artigo 6º da Resolução CJF n. 313 de 22 de outubro de 2014, com vistas a garantir os insumos financeiros ao desenvolvimento, implantação e manutenção das iniciativas estratégicas e alcance de metas. A adoção dessa prática deve promover maior eficácia na execução da estratégia, evitando descontinuidade das iniciativas planejadas e desperdícios decorrentes da falta de priorização na destinação de recursos.

Práticas adotadas integralmente

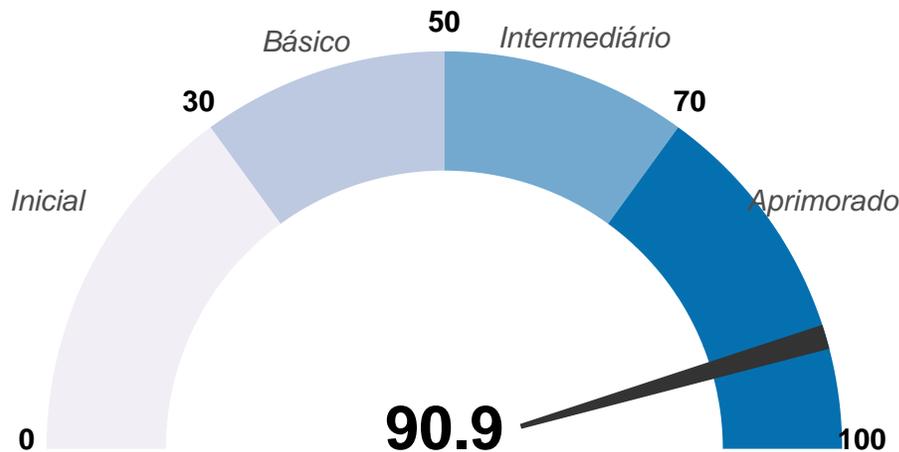
- Os gerentes de projetos possuem atribuições específicas formalmente definidas. Essa iniciativa deve melhorar a gestão da estratégia, a partir da formalização das competências, o que permite maior clareza quanto aos limites de autonomia desses gerentes, evitando-se conflito com a estrutura funcional da organização.
- Os gerentes de projetos são formalmente designados. Essa iniciativa deve melhorar a gestão da estratégia, facilitando o controle das etapas em curso, a definição de responsabilidades e a prestação de contas em relação às iniciativas prioritárias da organização.
- A unidade responsável pelo gerenciamento de projetos recebe regularmente informações sobre o andamento das iniciativas estratégicas (programas, projetos e ações). Essa

iniciativa deve favorecer a melhoria da comunicação da estratégia, reduzir atrasos na execução das iniciativas e melhorar a capacidade de avaliação das prioridades organizacionais.

- O órgão realiza o gerenciamento de projetos observando metodologia específica. Essa iniciativa deve permitir maior qualidade do planejamento e da execução de novos serviços ou produtos, com maior previsibilidade das entregas em termos de prazo, custo e qualidade e com a garantia do registro das ações desenvolvidas e das lições aprendidas decorrentes da execução do projeto.
- O órgão desenvolve e implanta inovações (produtos e serviços novos). Essa iniciativa deve evitar obsolescência de produtos e serviços prestados, com maior eficiência na execução das atividades, garantindo serviços de melhor qualidade aos usuários da Justiça.
- O órgão realiza o alinhamento e desdobramento da estratégia em suas unidades organizacionais. Essa iniciativa deve favorecer o engajamento de toda a organização com os objetivos estratégicos definidos.
- O órgão realiza melhoria nos processos de trabalho observando metodologia específica. Essa iniciativa deve padronizar procedimentos com vistas à análise de fragilidades e riscos nos processos de trabalho críticos, permitindo a eliminação de desconexões no fluxo das rotinas, maior sinergia entre equipes, eliminando retrabalhos ou atividades desnecessárias, o que deve favorecer a redução de tempo e de recursos na execução de atividades e o aumento da produtividade.

2.4 Monitoramento e Avaliação da Estratégia

Nível de Maturidade – Dimensão 4



Recomendações sobre práticas não adotadas

- As informações sobre a situação das metas relacionadas à atividade jurisdicional não são coletadas diretamente do sistema de andamento processual. Logo, recomenda-se o desenvolvimento de aplicação informatizada que permita a extração automática de dados dos sistemas de informação do órgão. A adoção dessa prática deve garantir maior consistência, atualidade, confiabilidade e fidedignidade em relação aos dados coletados, o que favorece significativamente a avaliação do desempenho institucional.

Práticas adotadas integralmente

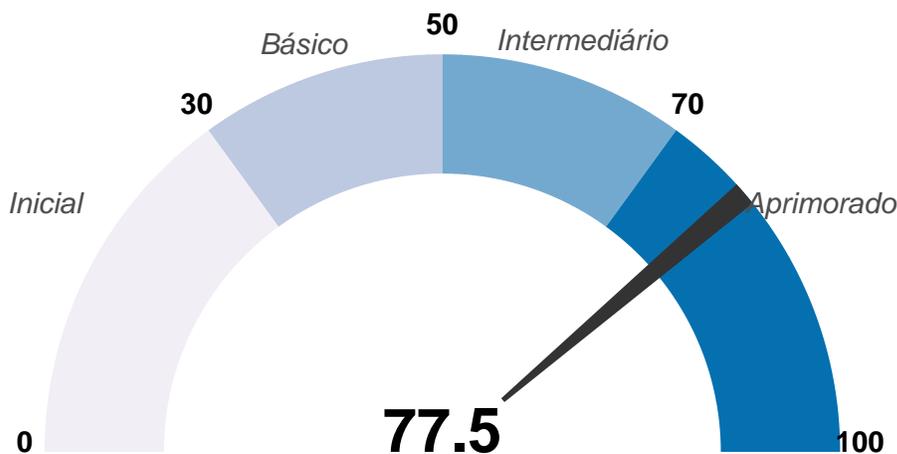
- O órgão designou responsáveis pela coleta, avaliação e divulgação da situação dos indicadores e metas. Essa iniciativa deve sistematizar a avaliação institucional, de modo a qualificar a tomada de decisão gerencial quanto à necessidade de melhoria dos processos de trabalho, de ajustes nos planos de capacitação, de redistribuição de pessoal, de redefinição de prioridades no planejamento e na execução financeira.
- Há indicadores e metas para monitorar a *performance* dos processos de trabalho críticos. Essa iniciativa deve permitir avaliar a *performance* operacional da organização, com vistas à melhoria da qualidade da prestação dos serviços finalísticos e daqueles de maior

impacto para a sustentação da estratégia.

- A avaliação da estratégia contempla a situação dos projetos e das ações estratégicas. Essa iniciativa deve proporcionar a alta administração informações consistentes sobre a execução da estratégia, dificuldades e resultados alcançados.
- A avaliação da estratégia contempla indicadores e metas locais. Essa iniciativa deve oferecer os elementos para que a presidência/direção do foro conheça o desempenho de suas unidades, permitindo ajustes com vistas a busca dos resultados definidos para essas unidades.
- A avaliação da estratégia contempla indicadores e metas nacionais. Essa iniciativa deve oferecer os elementos para que a alta administração possa avaliar se o desempenho da organização está em consonância com o padrão de resultados esperados/alcançados por toda a Justiça Federal.
- A avaliação da estratégia contempla o desempenho dos objetivos estratégicos. Essa iniciativa deve oferecer elementos concretos para que a alta administração possa avaliar o desempenho estratégico, orientando a tomada de decisão para a manutenção ou reformulação das ações em execução, visando a concretização das macro diretrizes enunciadas nos objetivos.
- A avaliação da estratégia é liderada pelo presidente/diretor do foro ou comitê/comissão composta por magistrado. Essa iniciativa deve permitir que a estratégia seja executada a partir das orientações da alta administração e com o patrocínio político da cúpula da organização, condição sem a qual não é possível a consecução efetiva das ações planejadas.
- O órgão avalia, anualmente, a pertinência da estratégia face à evolução do cenário externo (testar a estratégia). Essa iniciativa deve identificar fatores emergentes do cenário extra organizacional que podem estar afetando a execução da estratégia e que, portanto, devem ser monitorados.
- O órgão realiza avaliação da estratégia (Reuniões de Análise da Estratégia). Essa iniciativa deve permitir que a alta administração conheça o desempenho institucional e a situação de execução da estratégia, qualificando a tomada de decisão da cúpula.

2.5 *Comunicação, Relacionamento Institucional e Transparência*

Nível de Maturidade – Dimensão 5



Recomendações sobre práticas com intenção de adoção

- O órgão tem a intenção de promover, ao menos anualmente, encontro com magistrados e servidores para divulgação da estratégia. Logo, recomenda-se a realização de evento anual, de caráter prático, com a participação das lideranças do órgão (presidente, corregedor, diretor da escola de formação de magistrados, diretores de foros, secretários, assessores-chefes e outras autoridades essenciais à gestão da Justiça), com vistas a avaliar situação das metas, projetos e iniciativas de impacto na execução da estratégia. A adoção dessa prática deve melhorar a comunicação da estratégia e a divulgação aos gestores da situação de execução das prioridades de gestão, promovendo debate sobre eventuais medidas que devam ser tomadas para garantir uma melhor *performance* institucional.
- O órgão tem a intenção de promover, ao menos trienalmente, pesquisa de satisfação ou de imagem com os usuários de seus serviços, solicitando sugestões de melhoria. Logo, recomenda-se a realização periódica de pesquisa de satisfação para identificação e tratamento de sugestões, críticas e elogios em relação à prestação dos serviços jurisdicionais. A adoção dessa prática deve permitir a melhoria dos serviços prestados,

em consonância com as necessidades dos usuários dos serviços judiciais.

Práticas adotadas integralmente

- O órgão realizou neste ano ações de cooperação com outros órgãos, oferecendo ou solicitando apoio técnico/gerencial para resolver de forma sistêmica demandas judiciais. Essa iniciativa deve promover o debate de ideias com vistas a promoção de soluções compartilhadas para os problemas críticos que impedem a melhoria do desempenho dos órgãos da justiça.
- O órgão mantém as informações sobre seu desempenho (produtividade de magistrados, congestionamento, metas e outras relacionadas à atividade jurisdicional), irrestritamente disponíveis, atualizadas e em formato de dados abertos. Essa iniciativa deve permitir a disponibilidade tempestiva de informações relativas à produtividade de magistrados, com transparência plena do desempenho dos órgãos jurisdicionais da Justiça Federal.
- O órgão promove, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso de informações de interesse coletivo ou geral (ex. informações orçamentárias, de pessoal, sobre a estratégia em vigor etc.) por ele produzidas ou custodiadas (transparência ativa). Essa iniciativa deve favorecer o atendimento ao princípio da publicidade, garantindo maior transparência, acessibilidade, integralidade e integridade das informações referentes à gestão administrativa e financeira do Judiciário.
- Na execução do plano de comunicação são atendidos os objetivos, a periodicidade das ações planejadas, o público alvo (conforme o tema) e os custos projetados para implantação do plano. Essa iniciativa deve melhorar o nível de execução do plano de comunicação, favorecendo à disseminação de informações relativas à estratégia.
- Há algum tipo de pesquisa/avaliação interna para saber o quanto servidores/magistrados compreendem a estratégia do órgão. Essa iniciativa deve permitir que a organização ajuste seus planos de comunicação de forma a direcionar ações de divulgação que aumentem o envolvimento dos colaboradores com as estratégias organizacionais.
- O órgão executa um plano de comunicação da estratégia. Essa iniciativa deve aumentar o engajamento de servidores e magistrados em relação às prioridades definidas pela organização.

Secretaria de Estratégia e Governança

Conheça o Observatório da Estratégia da Justiça Federal acessando:

www.cjf.jus.br/observatorio

